

Centrão tenta mudar todo o texto

Parlamentares acusam a manobra de golpe contra a Constituinte

A manobra que vem sendo articulada pelo Centrão (grupo ligado ao Governo) de apresentar um substitutivo global ao texto do relator Bernardo Cabral, na próxima quarta-feira, quando têm início os trabalhos do Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, foi considerada um golpe por alguns parlamentares. Em nome da relatoria, o senador José Fogaça (PMDB-RS) avisa que "repele com veemência qualquer tentativa de golpear o texto que está sendo analisado". Os integrantes do Centrão entendem que o que está sendo votado atualmente, são propostas muito "esquerdizantes".

Para o senador, que também é um dos relatores-adjuntos, existem quatro motivos para a manobra não ser bem sucedida. Primeiro, pela falta de forças políticas com esse objetivo — o de derrubar um trabalho feito inclusive, com a participação do PFL e de segmentos mais à direita do PMDB. Todos são sócios deste trabalho, diz. Em segundo, porque essa proposta tem origem no Palácio do Planalto, especificamente, no gabinete do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos. Fogaça lembra que esse tipo de manobra infrutífera já foi tentada, quando ele era relator da Comissão do Poder Legislativo e, novamente será derrotada. Outra razão do insucesso que esse grupo terá, é o fato de que "para se alterar o regimento da Constituinte seria preciso o consenso de todos", sem que houvesse qualquer contradição. O senador destaca ainda um outro motivo — o recurso ao Supremo Tribunal Federal. Para ele, essa idéia não só é absurda e inconseqüente como trata-se de uma agressão política à soberania da Assembleia Nacional Constituinte.

O grupo reunido no Centrão entende que por várias vezes o regimento já foi alterado e, por isso, ele pretende recorrer ao STF, numa forma de garantir uma mudança regimental para que possa apresentar um substitutivo global. Pelo regimento atual, somente emendas poderão ser apresentadas e nunca um substitutivo global. Fogaça lembra que se alguma vez houve mudanças, foi em situação de consenso, devido ao curto espaço de tempo para se analisar as 8 mil emendas. Não houve manobra política, garante o senador, afirmando que por uma questão material, houve a necessidade de se realizar alterações e todas as lideranças concordaram. Quanto ao fato desses parlamentares recorrerem ao STF, entende o senador que é um confronto extremamente perigoso entre os dois poderes — o Judiciário e o Legislativo. "A tradição política mostra que o Judiciário jamais interviu no Legislativo, mesmo quando este era Congresso; isso não ocorrerá muito menos agora, numa Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana", ressalta.

Para o líder do PCB na Constituinte, deputado Roberto Freire, o recurso seria um paradoxo pois, no momento em que a Assembleia está definindo como o Judiciário deverá agir, este não poderá interferir nos trabalhos internos. Essa manobra, segundo o deputado, parte da direita retró-

grada, golpista e reacionária e não do Centro Democrático que vem atuando junto a todos. Freire afirma que a idéia de um substitutivo global é obra de pessoas que não podem conviver com a democracia e não têm um mínimo de respeito às leis democráticas. "Mas eles terão que se submeter às regras", avisa o deputado. Freire resolve "dar nome aos bois" e acusa o líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL-BA) de ser um homem que talvez não sabia conviver com a democracia pois não tem o menor respeito às regras democráticas. O deputado comunista referia-se ao episódio da última sexta-feira, quando Lourenço tentou substituir 10 membros do seu partido na Comissão de Sistematização, porque esses iriam votar no parlamentarismo. "Isso só seria feito através de um golpe, mas isto eles não irão conseguir". Roberto Freire, embora não esteja preocupado com esta situação criada, considera a atitude do Centrão, como uma história da direita e lembra que ninguém está limitado nos seus direitos, exemplo disso, foram as 8 mil emendas apresentadas e tudo que é importante está sendo discutido.

TOTALITARISMO

O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) também considera um golpe regimental a articulação que vem sendo feita em torno de um substitutivo global. Ele afirma que toda democracia funciona com maiorias, minorias e regimentos e, por isso, mudar o regimento no meio do processo, trocar as regras no meio do jogo, é um ato totalitário. Plínio discorda que o regimento tenha sido infringido alguma vez e não há nada que impeça o Plenário da Constituinte começar seus trabalhos, mesmo antes de concluída a votação na Comissão de Sistematização. Ele lembra que o regimento não apresenta obstáculos a isso; o que está determinado é que o texto deverá ser votado por títulos e capítulos e também proíbe a introdução de substitutivos globais. Na opinião do deputado petista, tudo isso é falta de espírito democrático e quando se apela para um golpe, está se quebrando as regras do jogo.

O senador José Fogaça, falando ao CORREIO, disse que o Centro Democrático é uma ficção política porque jamais existiram neste grupo cem parlamentares e sim "vinte e seis ou vinte e sete gatos pingados". Ocorre, afirma o senador, é que eles têm uma enorme capacidade de ocupação política mas ninguém jamais viu uma lista de assinaturas dos integrantes. Em nome desse jogo de aparências, declara, esse grupo produziu uma falsa tese de que apóiam o presidente José Sarney, estão fiéis ao Governo, enquanto que na outra parte do PMDB estão os traidores. "Essa ilusão eles conseguiram produzir junto ao Palácio do Planalto, que está alheio ao que acontece no Congresso, mas não conseguiram produzir dentro da realidade concreta do Plenário", disse.

Nelson Carneiro: STF nega

Autor da emenda parlamentarista aprovada esta semana na Comissão de Sistematização, o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) considerou ontem completamente improcedente a estratégia montada pelos membros do Centro Democrático para a aprovação de um substitutivo global ao projeto do relator Bernardo Cabral, mediante a modificação do regimento interno da Constituinte. Ele adiantou que não cabe qualquer tipo de recurso junto ao Supremo Tribunal Federal neste sentido. "Eles até podem encaminhar o tal pedido, mas o STF vai dizer que não tem competência para discutir o regimento da Constituinte, que é soberana, e diz respeito à economia interna do Legislativo. Seria o mesmo que pedir que o Congresso revise o regimento do Supremo, o que não é possível, pois são poderes".

Ao invés de ficar projetando manobras anti-regimentais, na tentativa de reverter o sistema de governo para o presidencialismo, Nelson Carneiro diz que o presidente José Sarney tem que indicar um porta-voz autorizado, com

poderes para negociar e que volte a se sentar na mesa de articulações para buscar uma solução sobre a data de implantação do parlamentarismo e a duração de seu mandato.

O pessoal do Centro Democrático tem de reconhecer que é bobagem tentar reverter a situação para o presidencialismo. Agora é hora de retornar aos entendimentos, de forma civilizada, com um articulador que não crie mais problemas para o Sarney. Mas tem de ser logo, não pode demorar muito, não — alertou Nelson Carneiro.

Ele não aceita a argumentação dos membros do Centro Democrático que alegam ter sido o Regimento da Constituinte já modificado várias vezes. O senador fluminense garante que até agora, o Regimento vem sendo reinterpretado diante de cada situação, principalmente em relação aos prazos, tem sido readaptado.

— Eles têm de se conscientizar que, na bruta, ninguém vai ganhar nada. Além do mais, não fizemos o Parlamentarismo contra o Sarney, mas sim, a favor do País.



Arinos não comenta as críticas. Fogaça e Chiarelli contestam o ministro



Leônidas não abala os parlamentaristas

As declarações do general Leônidas Pires Gonçalves, sobre uma possível mudança do sistema de governo aprovado pela Comissão de Sistematização, não abalarão os parlamentaristas. O presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que teve seu discurso de sexta-feira criticado pelo ministro do Exército, nem quis comentar o assunto, dizendo apenas que esta manifestação "não tem nenhuma significação". O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator-substituto de Bernardo Cabral na Sistematização, também acredita que não se deve superdimensionar o que disse o general Leônidas, porque "nada disso vai abalar o processo decisório" do plenário da Constituinte.

A opinião do ministro, que coincide com as previsões do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), não será o fator que fará o plenário da Constituinte reverter a tendência parlamentarista da Sistematização. Se houver uma mu-

dança neste sentido é por que o plenário reflete outra posição, como analisou Fogaça, embora já tenha ressaltado que "só um milagre" altera este quadro. O senador descarta a possibilidade de haver qualquer ameaça à Constituinte na manifestação do general Leônidas, baseado nas próprias afirmações do ministro "que alguns dias atrás declarou que todas as decisões políticas serão seguidas e respeitadas".

E pouco provável que aconteça no plenário da Constituinte o que prevê o general Leônidas. Sem se referir às opiniões do ministro, mas analisando o "forte indicio" revelado pela Comissão de Sistematização, o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) acha que "pode ser até que mude" o sistema de governo aprovado, mas vê uma probabilidade muito reduzida neste sentido. "O parlamentarismo era uma possibilidade até anteontem, mas passou a ser uma probabilidade desde ontem".

O líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco

(PMDB-PR), também acredita que a Sistematização já revelou um indicio de que o parlamentarismo é a solução para o Brasil. Ele admite que ainda é preciso vencer a "segunda etapa" desta luta, mas acha que a comissão deu uma resposta ao momento que estamos vivendo. "Já constatamos o sucesso do governo de gabinete com Tancredo Neves", lembrou Scalco.

Enquanto Chiarelli lembrou que a Sistematização representa cerca de 20 por cento da Constituinte — "Embora não se possa dizer que a Comissão seja um retrato resumido do plenário" — calculando que em termos de probabilidade o parlamentarismo tem a mesma chance de ser aprovado pelos 559 constituintes, Scalco chamou a atenção para as estatísticas das pesquisas de opinião. "Todos os dados que têm sido revelados pela imprensa, baseados em pesquisas feitas entre os constituintes, revelam uma tendência parlamentarista de no mínimo 60 por cento do plenário", acrescenta.

"Ato não foi espontâneo", diz militar

Um major do Exército, que pediu para não ser identificado, disse ontem ao CORREIO BRAZILIENSE que a manifestação de apoio da oficialidade ao general Leônidas Pires Gonçalves "não foi um ato espontâneo". Segundo ele, todos os oficiais que compareceram, sábado, à Base Aérea de Brasília, numa demonstração de solidariedade ao ministro do Exército, que embarcava para o Rio, de onde seguiu ainda no mesmo dia para Londres, em visita oficial, "estavam cumprindo ordens".

De acordo com esse oficial, a ordem que ele não soube dizer de onde partiu, foi recebida sexta-feira nos quartéis de Brasília. A instrução, curta e lacônica, dizia simplesmente que cada chefe de departamento indicasse três oficiais para comparecer, no dia seguinte, às despedidas do ministro.

"Embora estejamos solitários com o próprio Exército, que é uno e indivisível, é uma farsa muito grande dizer que houve um gesto espontâneo", afirmou o militar, pelo telefone. Aliás, foi ele próprio quem tomou a iniciativa de ligar para o CORREIO com o objetivo de, segundo afirmou, "reparar uma informação".

Contou que esteve na Base Aérea de Brasília "cumprindo ordens" e, por isso mesmo, ficou admirado com a versão dada pela imprensa à cerimônia de despedidas ao ministro Leônidas Pires Gonçalves. Sua indignação, que disse ser compartilhada por outros colegas de farda, está no fato de "terem dado um caráter espontâneo a uma coisa que foi articulada", segundo suas próprias palavras.

A mesma versão foi confirmada por outro militar, este sim procurado pelo CORREIO, mas que também pediu para não fazer declarações alegando o regulamento disciplinar.